

HABEAS CORPUS Nº 548.047 - MG (2019/0354060-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MARCELO BARBOSA ABREU
ADVOGADO : MARCELO BARBOSA ABREU - MG104246
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WESLEY STANLEY JUNIOR DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WESLEY STANLEY JUNIOR DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido nos autos do *Habeas Corpus* n.º 1.0000.19.139205-9/000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, na data de 01/10/2019, pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 10.826/03, em razão da apreensão de "1155,23g (*mil cento e cinquenta e cinco gramas e vinte e três centigramas*) de substância análoga à maconha e 0,56g (*cinquenta e seis centigramas*) de substância análoga a cocaína" (fl. 45). A prisão em flagrante foi convertida em segregação preventiva (fls. 44-46).

Inconformada com a segregação cautelar do Paciente, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, cuja ordem foi denegada, nos termos da seguinte ementa (fl. 47):

**"TRÁFICO DE DROGAS – PRISÃO PREVENTIVA
DECRETADA – REVOGAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – DECISÃO
DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA – PRESENÇA DOS REQUISITOS
INSCRITOS NOS ARTS. 312 E 313 DO CPP – GRAVIDADE
CONCRETA – GARANTIA À ORDEM PÚBLICA –
DESPROPORCIONALIDADE DO ACAUTELAMENTO – TESE AFEITA
AO MERITUM CAUSAE – CARACTERÍSTICAS PESSOAIS
ABONADORAS QUE, POR SI SÓS, NÃO AUTORIZAM A REVOGAÇÃO
DA CONSTRIÇÃO – ORDEM DENEGADA."**

Neste *writ*, a Defesa sustenta, em síntese, que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, tendo sido amparado apenas na gravidade abstrata do delito, bem como não estariam presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar. Aduz,

ainda, que o Paciente é primário e possuidor de bons antecedentes.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ou, subsidiariamente, a concessão de medida cautelar diversa da prisão, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

No caso, o fundamento do decreto prisional, mantido pelo Tribunal de origem, afirma que a custódia cautelar do Paciente – acusado de tráfico ilícito de drogas – revela-se necessária para a garantia da ordem pública, **mormente pela quantidade expressiva de droga apreendida**, qual seja "*1155,23g (mil cento e cinquenta e cinco gramas e vinte e três centigramas) de substância análoga à maconha e 0,56g (cinquenta e seis centigramas) de substância análoga a cocaína*" - fl. 45, circunstância que denota, em princípio, a necessidade da manutenção do decreto prisional.

É o que se vê dos seguintes excertos do acórdão vergastado, *in verbis*:

"Dito isto, no que diz respeito ao decreto construtivo, tem-se que este foi suficientemente fundamentado, sem afrontar o artigo 93, IX, da Constituição Federal, compreendendo o Magistrado Primevo ser imperiosa a segregação do paciente para garantia da ordem pública e, ainda, pelo risco concreto à sociedade.

Além de prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, nos termos do auto de prisão em flagrante (doc. nº 17), nota-se a gravidade concreta da conduta em tese desenvolvida por Wesley, o qual conduzia veículo transportando, juntamente a uma adolescente, mais de um quilo de substância análoga a maconha, sendo certo que inexistia nos autos demonstração de que Wesley desconhecesse a elevada quantidade de drogas armazenada no porta-malas de seu próprio automóvel.

Ademais, constata-se que o crime imputado ao paciente tem pena máxima privativa de liberdade em abstrato superior a quatro anos, circunstância tal que autoriza a medida extrema, nos termos do art. 313, I do Código de Processo Penal." (fl. 52; grifos nossos)

De fato, consoante pacífico entendimento desta Corte Superior, "*a quantidade, a natureza ou a diversidade dos entorpecentes apreendidos podem servir de fundamento ao decreto de prisão preventiva*" (RHC 102.733/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 11/10/2018).

Superior Tribunal de Justiça

Convém registrar, ainda, que a existência de condições pessoais favoráveis – tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa – não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela.

Em verdade, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável nesta fase processual, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nas quais deverá constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora